

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL IV



EDITORA
ARTEMIS

2022

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL IV



EDITORA
ARTEMIS

2022

2022 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora Artemis



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisângela Abreu
Organizadoras	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	ciempies
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, *Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato, México*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, *Universidade de Brasília-DF*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, *Universidade Estadual do Ceará*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*



Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla – La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES – Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências socialmente aplicáveis [livro eletrônico] : integrando saberes e abrindo caminhos: vol. IV / Organizadores Jorge José Martins Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba, PR: Artemis, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilíngue

ISBN 978-65-87396-59-0

DOI 10.37572/EdArt_290522590

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I. Rodrigues, Jorge José Martins. II. Marques, Maria Amélia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

O livro que ora se encontra nas vossas mãos, no seu quarto volume, é por tradição um livro de temática interdisciplinar e transdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas. É interdisciplinar porque cruza várias disciplinas do saber. A sua transdisciplinaridade fica a dever-se aos múltiplos campos do conhecimento abrangidos, com os trabalhos apresentados a inserirem-se em temáticas emergentes nos vários campos científicos.

A metodologia seguida na organização deste volume, podendo ser discutível, privilegiou os conteúdos dos artigos, o que originou um macro título Sociedade-Cidadão-Ambiente, abrangendo os eixos temáticos: Sociedade, cultura e turismo, Cidadania, saúde e bem-estar, Recursos energéticos e sustentabilidade ambiental. Na construção da estrutura de cada um destes eixos procurou-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, gerando-se um fluxo de conhecimento acumulado que se pretende fluido e em espiral crescente.

Assim, o eixo Sociedade, cultura e turismo é constituído por oito artigos que revelam preocupações holísticas com o planeta Terra. A interdependência financeira das economias desenvolvidas mostra como as liberdades individuais, fruto de redes de relações nem sempre perceptíveis, as quais hipotecam os recursos da sociedade, se nada for feito, podem ter efeitos devastadores nas comunidades locais. Contudo, se o desenvolvimento económico for enquadrado por um planeamento estratégico que congregue os interesses e expectativas dos diferentes *stakeholders*, toda a comunidade poderá sair a ganhar. O desenvolvimento e crescimento turístico com base nos costumes e tradições locais, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios, pois atrai mais turistas e consumidores, com maior impacto nas produções da economia local, e contribui para o efeito de economias de escala nas produções desses territórios.

O eixo Cidadania, saúde e bem-estar junta seis artigos que, com recurso ao estudo de casos, advogam o diagnóstico precoce, quer de doenças crónicas quer de indícios de violação de direitos laborais ou outros. Na sociedade existem padrões estereotipados, os quais poderão conduzir a que os seus ícones com maior visibilidade se sintam marginalizados por não corresponderem ao que deles se espera, levando os mesmos a viver em mentira e enganos, quais mecanismos conscientes ou inconscientes de sobrevivência. Logo, aquela metodologia permitirá antecipar a implementação de mecanismos para o tratamento adequado e a prevenção da violência, evitando o escalar daquelas anomalias, contribuindo para uma saúde de qualidade e de bem-estar social.

O eixo Recursos energéticos e sustentabilidade ambiental reflete sobre um conjunto de sete artigos, os quais têm como preocupação central as mudanças climáticas e a eficiência energética. O sol é uma fonte de energia limpa e renovável que tende a substituir a energia gerada com recurso a extração de recursos não renováveis e geradores de emissões de gases de efeito de estufa. Em tese, aquela fonte permite que cada pessoa autogere o seu próprio consumo. Contudo, este hipotético cenário ainda está refém da eficiência da conversão conseguida pelos diferentes fabricantes de painéis fotovoltaicos. Por outro lado, é necessário proteger a identidade do território, valorizando as relações do indivíduo com o meio envolvente físico – paisagem natural – o que levou a que esta seja objeto de um tratados internacionais que a protegem. Esta proteção tem por finalidade estratégica conservar a biodiversidade, evitando o uso ou depósito de materiais não biodegradáveis.

Com a disponibilização deste livro e seus artigos, esperamos que os mesmos gerem inquietude intelectual, mais curiosidade científica e proatividade na procura de satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de todas as fontes de inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal
Maria Amélia Marques, ESCE/IPS, Portugal

SUMÁRIO

SOCIEDADE – CIDADÃO - AMBIENTE

SOCIEDADE, CULTURA E TURISMO

CAPÍTULO 1.....1

THE ECONOMIC CRISIS OF 2008 AND ITS SOCIAL IMPACT IN EUROPE

Célia Maria Taborda da Silva

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225901

CAPÍTULO 2..... 15

EL PROYECTO ARQUITECTÓNICO COMO GENERADOR DE UN SISTEMA POLÍTICO (PÚBLICO) DE RELACIONES E INTER-ACCIONES SOCIALES

Carlos Eduardo Burgos

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225902

CAPÍTULO 3.....27

PROCESSO DAS INUNDAÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO CHAMANCULO “C”, MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Rosalina Inácio Fumo Langa

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225903

CAPÍTULO 4..... 36

O PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO EM MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL EM PORTUGAL

Celestino Almeida

Deolinda Alberto

Luís Quinta-Nova

Domingos Santos

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225904

CAPÍTULO 5.....47

OS PROJETOS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE URBANICIDADE: O CASO “FALA VILA”

Lucas Silva Pamio

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225905

CAPÍTULO 6..... 61

SOCIEDADE CIVIL, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Marcelino de Souza Lima
Timothy Leonard Koehnen

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225906

CAPÍTULO 7..... 80

RESORTS BRASILEIROS: CENÁRIO DO DESEMPENHO DAS VENDAS ENTRE 2017 E 2018, SEGMENTADOS POR AMBIENTE GEOGRÁFICO

Antonio Carlos Bonfato
Gabriel Furlan Coletti
Victor Ragazzi Issac

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225907

CAPÍTULO 8.....102

EVENTUALES EFECTOS DEL DESARROLLO TURÍSTICO EN COMUNIDADES: EL CASO DE DOS MANGAS EN LA PROVINCIA DE SANTA ELENA

Jhony Yumisaca Tuquinga
Silvia Zulema Plaza Hidalgo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225908

CIDADANIA, SAÚDE E BEM-ESTAR

CAPÍTULO 9..... 119

YA SE VEÍA VENIR, PERO AUN ASÍ LE HICIERON CASO A ESTE VIEJO CONOCIDO: CONSIDERACIONES TRANSTEXTUALES DEL CORONAVIRUS COMO PROCESO DE SOLEDAD, TRANSFORMACIÓN Y VUELTA AL SENTIR DE LA EXISTENCIA

Bairon Jaramillo Valencia
Samantha Castaño Sepúlveda

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225909

CAPÍTULO 10..... 131

MARILYN MONROE – A TRAGÉDIA POR TRÁS DO ESTRELATO

Salomé Mouta
Isabel Fonseca Vaz
Sara Freitas Ramos

Bianca Jesus
João Martins Correia
Diana Cruz e Sousa
Sílvia Fontes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259010

CAPÍTULO 11..... 141

O TUDOR QUE FICOU POR NASCER! – MARIA TUDOR E AS SUAS GESTAÇÕES FANTASMA

Isabel Fonseca Vaz
Diana Cruz e Sousa
Sara Freitas Ramos
Bianca Jesus
João Martins Correia
Salomé Mouta
Sílvia Castro
Ana Marinho Soares

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259011

CAPÍTULO 12..... 150

POR QUE MENTIMOS? - A MENTIRA NA PSICOPATOLOGIA

Rafaela Nunes Farinha
Melissa Alfafar Marques
Filipa Tavares Pontes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259012

CAPÍTULO 13..... 157

IMPORTANCIA DE LA VALORACIÓN HOLÍSTICA DE LAS ARTICULACIONES TEMPOROMANDIBULARES EN PACIENTES CON ARTRITIS REUMATOIDE

Karen Vanesa Rhys
Carla Andrea Gobbi
Beatriz Busamia
María Elena Castrillón
Carolina Paulazo
Matías Moron
Eduardo Albiero
Paula Alba

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259013

CAPÍTULO 14.....167

ESTUDIO CUALITATIVO DE LAS ESTRATEGIAS DE AFRONTAMIENTO: HACIA UN MODELO DE AFRONTAMIENTO CREATIVO, REACTIVO Y PROTECTIVO

Lautaro Cirami

Liliana Edith Ferrari

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259014

RECURSOS ENERGÉTICOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CAPÍTULO 15.....179

INVESTIGACIÓN Y APLICACIÓN DE ENERGÍAS LIMPIAS A TRAVÉS DE ENERGÍA SOLAR EN LA CIUDAD DE NEIVA

Ana Lucia Paque Salazar

Arnold Ferney Torres Ome

Camilo Rojas Ramírez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259015

CAPÍTULO 16.....187

COSTOS DE ABATIMIENTO DEL CAMBIO CLIMÁTICO Y EXTRACCIÓN DE RECURSOS NO RENOVABLES EN EL PERÚ

Edelina Coayla

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259016

CAPÍTULO 17.....198

LA APLICACIÓN DEL CONVENIO EUROPEO DEL PAISAJE A LA PLANIFICACIÓN DE LOS ESPACIOS NATURALES PROTEGIDOS ANDALUCES

José David Albarrán Periañez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259017

CAPÍTULO 18.....208

PAISAJE RIBEREÑO, APROPIACIÓN E IDENTIDAD

Cecilia Craig

Nora Pastor

Sandra Ursino

Dante Barbero

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259018

CAPÍTULO 19218

UNA HERRAMIENTA PRÁCTICA PARA LA EVALUACIÓN DE LA HUELLA HÍDRICA EN GRANJAS DE PRODUCCIÓN DE LECHE DE LA REGIÓN PAMPEANA ARGENTINA

Gustavo Daniel Gimenez

Pablo Roberto Marini

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259019

CAPÍTULO 20230

FLORA PRELIMINAR DA FLORESTA CILIAR DO RIO MOGI GUAÇU NA GUARNIÇÃO DA AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA (SÃO PAULO, BRASIL)

Renata Sebastiani

Ana Lúcia Batista Botelho Laschi

Emmanuélly Maria de Souza Fernandes

Israel Henrique Buttner Queiroz

João Victor Urbano

José Victor da Silva

Luis Felipe Mendes

Pedro Henrique Godoy Fernandes

Ricardo Vinícius Zandonadi

Silvana Barros Silva

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259020

CAPÍTULO 21242

USO Y ABUSO DEL PLASTICO Y UNICEL EN ODONTOLOGÍA LA UAO/UAZ

Jesús Rivas Gutiérrez

José Ricardo Gómez Bañuelos

Nubia Maricela Chávez Lamas

María del Carmen Gracia Cortes

Guadalupe Rodríguez Elizondo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052259021

SOBRE OS ORGANIZADORES258

ÍNDICE REMISSIVO259

CAPÍTULO 6

SOCIEDADE CIVIL, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Data de submissão: 04/04/2022

Data de aceite: 28/04/2022

Marcelino de Souza Lima¹

<https://orcid.org/0000-0001-8930-9343>

Timothy Leonard Koehnen²

<https://orcid.org/0000-0002-9888-2640>

RESUMO: O artigo analisa as transformações na agricultura familiar do Semiárido brasileiro a partir do processo de negociação e implementação de políticas públicas para este setor produtivo, enquanto fenômeno social, do qual participaram diferentes atores governamentais e da sociedade civil. Investiga também se tais mudanças ocorreram por influência de uma série de mobilizações sociais protagonizadas pela sociedade civil organizada e apoiadas pela cooperação internacional. A metodologia utilizada foi a investigação qualitativa com estudo de caso (Meirinhos & Osório, 2010). Os instrumentos de recolha de dados e informações foram: uma entrevista com perguntas semiestruturadas e um inquérito (Isaac e Michael, 1982; Patton,

1990), ambos direcionados a profissionais de ONGs, redes, academia, e movimentos sociais e sindical. Esta base metodológica deu suporte à investigação a partir de uma amostra pequena de informantes-chaves qualificados. Face ao que foi investigado os resultados da análise de dados e informações sugerem que a sociedade civil influenciou este fenômeno social a partir das seguintes evidências: a) as políticas, programas e projetos foram sendo modificados a partir de pautas defendidas por organizações da sociedade civil; b) os processos de implementação de tecnologias sociais constituiu-se em referencial para a negociação da maioria das políticas públicas para a agricultura familiar; c) as formas de negociação e de implementação dessas políticas foram fortemente referenciados em processos já experienciados de gestão institucional e de convivência com as condições de semiaridez da região.

PALAVRAS-CHAVES: Agricultura familiar. Brasil. Movimentos sociais. Políticas públicas. Semiárido.

CIVIL SOCIETY, NETWORKS AND SOCIAL MOVEMENTS: PUBLIC POLICIES AND FAMILY AGRICULTURE IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID

ABSTRACT: The article analyzes the transformations of family farming in the Brazilian semi-arid region based on the process of negotiation and implementation of public

¹ Doutor em Ciências Agronômicas e Florestais – CETRAD/ ECAV/UTAD – Portugal. E-mail: m_s_lima@hotmail.com

² Diretor do CETRAD. Professor Doutor Associado, com Agregação – CETRAD-DESG-ECHS-UTAD – Portugal. E-mail: tkoehnen@utad.pt

policies for this productive sector, as a social phenomenon, in which different governmental and civil society actors participated. It also investigates whether such changes occurred under the influence of a series of social mobilizations carried out by organized civil society and supported by international donor cooperation. The methodology used was qualitative research through case study (Meirinhos & Osório, 2010). The instruments for collecting data and information were: an interview with semi-structured questions and a survey (Isaac and Michael, 1982; Patton, 1990), both aimed at professionals from NGOs, networks, academic entities, and social and trade union movements. This methodological foundation was corroborated in the research from a small sample of qualified key informants. In view of what was investigated, the results of the data and information analysis suggest that civil society influenced this social phenomenon based on the following evidence: a) policies, programs and projects were being modified based on guidelines defended by civil society organizations; b) the processes of implementation of social technologies constituted a reference for the negotiation of most public policies for family farming; c) the forms of negotiation and implementation of these policies were strongly referenced in already experienced processes of institutional management and coexistence with the semiarid conditions of the region.

KEYWORDS: Family farming. Brazil. Social movements. Public policies. Semi-arid region.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente o Semiárido, no Nordeste brasileiro, foi visto como uma região pobre, atrasada economicamente, e, majoritariamente, dependente. A forma de negociação e implementação de políticas e programas públicos pode ter sido a principal causa deste atraso, já que este processo se dava a partir do paradigma ultrapassado de combate à seca que promovia e dava suporte à *indústria da seca* (Pedrosa, 2011). Esse fenômeno de ocorrência histórica mantinha-se materializado numa prática de concentração de poder econômico e político pelas oligarquias regionais (Mattos, 2017), as quais detinham controle majoritário sobre os recursos governamentais para projetos e programas de desenvolvimento regional. Concentravam também a terra e a água em grandes propriedades, gerando problemas socioeconômicos e políticos (Pontes, 2013).

Tal sistema político causava mais pobreza e promovia dependência econômica da população rural que plantava nos latifúndios em troca de parte da produção, usando a água como um favor concedido pelos “proprietários” destes dois principais recursos, e, assim, a população rural pobre vivia atrelada a uma dependência cíclica e permanente, fortemente relacionada ao paradigma (Campos, 2014; Nascimento, 2010; R. Silva, 2003, 2008) outrora vigente.

Buscando uma solução holística e sustentável para os problemas resultantes daquele contexto socialmente vivenciado, um conjunto de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) promove um amplo movimento de implementação, monitoramento e

avaliação de tecnologias alternativas de baixo custo, adaptadas às condições locais (Diniz & Piraux, 2011; Jalfim, 2011; Weid, 1985, 1988a, 1988b) desde o início da década de 1980, visando a estabelecer experiências práticas de produção, extensão e comunicação rural, desenvolvimento regional, formação e mobilização social caracterizados como estratégias de construção de alternativas para a agricultura familiar. A intenção era construir novas formas de: organização; produção de conhecimento; de referência política; e, de aprendizado, combinando diferentes estratégias de trabalho no terreno, que apresentassem alternativas às práticas de “combate à seca”.

Tal combinação de estratégias contribuiu para o surgimento do novo paradigma da Convivência com o Semiárido, a qual obteve uma contribuição efetiva e determinante das redes sociotécnicas e agroecológicas, bem como de suas organizações. Este conjunto de atores sociais formularam, implementaram e melhoraram sistemas de produção alternativos e funcionais com Tecnologias Sociais (TS) e um processo de formação, e de intercâmbio de conhecimentos, que foi sendo construído ao longo dos anos (Weid, 2006a, 2013), e que se fortaleceu a partir da promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988 (Araújo, 2014; Mattos, 2017; Sabourin, 2014).

Este novo paradigma surge, assim, como alternativa ao antigo paradigma de combate à seca (Silva, 2003), ganhando importância na medida em que avançavam e se consolidavam as lutas populares protagonizadas pelos movimentos sociais, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as Associações Comunitárias Rurais (ACRs), e os Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTRs). Várias redes sociotécnicas tiveram grande importância neste processo: a Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA), entre 1980 e 2000; a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural das ONGs do Nordeste (Rede ATER NE), e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) a partir dos anos 2000. Face ao que foi investigado neste estudo de caso, daremos destaque à ASA e suas dinâmicas institucionais de mobilização social e formação para a convivência com o Semiárido representadas por diferentes níveis de participação e de mobilização social.

Koehnen e Cristóvão (2006) realizaram um estudo de caso, sobre redes sociais, em Portugal, e identificaram as comissões locais como sendo o link mais fraco da rede de representação social naquele contexto. Os autores listaram algumas estratégias e mecanismos que podem ser usados para alterar aquela situação: “programas educacionais não-formais e debates organizados sobre conselhos consultivos e redes, o processo de ação social, participação, gestão de conflitos, responsabilidade social, entre outros temas, com as partes interessadas potenciais, a comunidade geral e a população-alvo” (pp. 32-33). Algumas estratégias e mecanismos semelhantes foram implementados

no contexto de trabalho da ASA com a clara determinação de criar e/ou melhorar o funcionamento das Comissões Municipais do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), visando a fortalecer a participação das famílias agricultoras e lideranças, populares e sindicais, como maiores interessados na implementação das tecnologias sociais.

Neste sentido, o termo convivência com o Semiárido pode ser relacionado diretamente ao paradigma da organização dos sistemas produtivos e sua reprodução a partir de novas territorialidades (Petersen, 2014). Como no caso dos Territórios da Cidadania, cujas dinâmicas políticas foram ampliadas e intensificadas visando a acelerar as transformações positivas que no âmbito da agricultura familiar (MDA, 2013; Nunes, Tôres, Silva, Sá, & Godeiro-Nunes, 2015; Wanderley, 2014), dentro de um contexto de relações sociais, econômicas e políticas que se manifestam mais amplamente no território (Grisa, 2012) como área referencial para as ações de desenvolvimento territorial rural (Sidersky, Jalfim, & Araújo, 2010).

No caso do Semiárido brasileiro nem todas as mudanças partiram do campo da investigação científica para a demonstração e difusão. Muitas tiveram origem no processo de busca incessante de inovações técnicas, incluindo o resgate de tecnologias, dentro dos sistemas agrícolas, bem como das relações sociais de produção, identificando, assim, novos sistemas que emergiam, com novas possibilidades de organização social e produtiva, com vários efeitos positivos do ponto de vista da convivência com o Semiárido (Almeida, 2009; Petersen, 2014). Todavia, é importante deixar claro que a emergência dos novos sistemas, se davam no âmbito das famílias e comunidades envolvidas diretamente nas ações das redes, ONGs, e movimentos sociais e sindicais.

Desta forma, a convivência com o Semiárido, passa a se constituir como estratégia fundamental, experimentada socialmente e divulgada por organizações e redes, numa perspectiva orientadora de práticas sociais, econômicas e ambientais que dão expressão à agricultura familiar (Petersen, 2014). Inscreve-se, portanto, na realidade do Semiárido, como o novo paradigma orientador dos debates sobre políticas públicas para a região, no contexto de atuação das redes e de OSCs.

Este artigo tem, portanto, o objetivo de analisar, à luz do câmbio dos paradigmas anteriormente mencionados, quais mudanças podem ter ocorrido nos processos de negociação e implementação de políticas públicas para a agricultura familiar no Semiárido brasileiro. Busca também compreender se tais mudanças foram decorrentes da influência dos atores sociais locais, materializadas nas diferentes estratégias de mobilizações sociais reivindicatórias dessas políticas, bem como nas relações construídas entre o Estado e a sociedade civil.

2 METODOLOGIA

Este artigo resulta de uma investigação qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso (Meirinhos & Osório, 2010) no Semiárido brasileiro, cujos focos são as mobilizações sociais promovidas pela sociedade civil regional, visando conquistar e/ou melhorar políticas públicas e programas direcionados ao desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Ao adotar um enfoque exploratório e descritivo, o investigador que opte por um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas (Yin, 2001, 2009), principalmente quando este presumir um aprofundamento sobre o conhecimento dos efeitos e impactos do fenômeno na sociedade.

A intenção do aprofundamento é a de responder às questões: como e por que certos fenômenos ocorrem (Godoy, 1995), com a preocupação de mostrar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação social, uma vez que a realidade é sempre complexa (Godoy, 1995; Minayo, 2012; Stake, 1999; Yazan, 2015; Yin, 2009) e, por esta razão, difícil de ser explicitada.

Yin (2009) sugere que um estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Complementarmente, o autor afirma que o estudo de caso lida com múltiplas fontes de evidência; com dados que precisam convergir de forma triangulada; e, beneficia-se da formulação prévia de proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados (p. 18). Godoy (1995) argumenta que a investigação deve preservar as características significativas, holísticas ou sistêmicas, integradas ao fenômeno social estudado.

Com base nessas premissas metodológicas adotou-se a entrevista como instrumento principal de recolha de informações e dados, cujas perguntas semiestruturadas visaram a obter evidências a serem aprofundadas a partir de uma amostra pequena (Duarte, 2004; Isaac & Michael, 1982; Patton, 1990). Portanto, foram entrevistados 31 profissionais conhecedores do fenômeno social em estudo (Patton, 1990). Cada entrevista foi gravada e posteriormente transcrita, obtendo-se destas uma síntese das respostas (Duarte, 2004) as quais foram replicadas numa tabela facilitando sua comparação. Garantiu-se o anonimato de cada entrevistado pela utilização de um código alfanumérico, por entrevistado, agrupados em cinco tipologias³ (Lima, 2019, p. 49).

³ RST: Rede Sociotécnica; ACI: Agência de Cooperação Internacional; ACD: Academia (Universidade); CIQ: Consultor/a Informante Qualificado; OSC: Organização da Sociedade Civil. Os códigos alfanuméricos aparecem referenciados no texto, p. ex. nos seguintes formatos: E 09 ACI; E 20 OSC; E 30 SIQ; E 19 ACD; ou E 17 RST.

Como instrumento de recolha auxiliar de informações e dados aplicou-se um inquérito on-line⁴ para 193 profissionais de ONGs e redes sociotécnicas no Semiárido. 57 inquéritos foram devolvidos, obtendo-se, assim, uma taxa de resposta de 30%. As informações e dados dos inquéritos foram utilizadas a partir da ferramenta “resumo de todas as respostas”, proporcionada pela plataforma @Google⁵, em forma de gráficos, tabelas e agrupamento de texto curto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DO COMBATE À SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Mobilizações sociais, relações interorganizacionais, tecnologias sociais e cooperação internacional contribuíram, conjuntamente, para realizar uma ampla experimentação de um processo de transformação social no Semiárido brasileiro, protagonizada pela sociedade civil organizada. Tal processo resultou no surgimento do paradigma da Convivência com o Semiárido em substituição ao velho paradigma de Combate à Seca. O novo paradigma surge num processo de coevolução e coexistência de diferentes mobilizações da sociedade civil. Entre estas duas mobilizações sociais tiveram significativo efeito, face ao que foi investigado: a) a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1993, em protesto contra a grave situação de fragilidade da população do Semiárido, provocada pela seca severa que se abateu sobre a região entre os anos de 1989 e 1993; e, b) o protesto que encerrou a Ponte Presidente Dutra, sobre o Rio São Francisco, em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), em defesa do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e de outras tecnologias sociais e ações estratégicas de convivência com o Semiárido, em 2011.

Petersen (2014) afirma que “a mudança da noção de combater a seca para conviver com o semiárido é uma manifestação da construção de uma nova coerência estratégica que favorece o reposicionamento dos atores locais face à sua realidade” (p.185). O paradigma da convivência com o Semiárido não coexistiria, e não teria atingido a capacidade de gerir conhecimento, projetos, programas e influenciar políticas, dentro da realidade do Semiárido se não tivesse havido uma forte atuação da sociedade civil: por um lado, como mediadora de processos sociais e políticos, assumindo para si a responsabilidade de negociar e propor ações viabilizadoras de políticas públicas, de garantir orçamentos e de avaliar qualitativamente as ações e atividades propostas; e, por

⁴ O inquérito on-line foi aplicado com o objetivo de ampliar a recolha de informações e dados de forma complementar àqueles recolhidos pela entrevista. Foi elaborado, enviado e processado em plataforma Google de inquéritos com perguntas diretas, de múltipla escolha e de resposta curta.

⁵ Fonte: <https://docs.google.com/forms> (Referenciado no texto, mas não acessível para manter anonimato).

outro lado como dinamizadora e estimuladora, ela própria, de tais processos referenciados nas redes sociotécnicas, principalmente na ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro).

É através das dinâmicas de gestão da ASA que a sociedade civil adquire efetiva capacidade de gerir programas de execução descentralizada, sob a gestão das ASAs Estaduais (Brito, 2007). Conselhos consultivos e comissões locais viabilizam o aumento da participação local (Koehnen & Cristóvão, 2006), tal como aconteceu com as Comissões Municipais do P1MC, e Conselhos Territoriais e Municipais no contexto da ação da sociedade civil no Semiárido brasileiro. A gestão institucional descentralizada foi, segundo depoimentos dos entrevistados, um dos pontos-chaves para a implementação direta do grande número de Tecnologias Sociais (TS) na região até maio de 2019, como mostra o quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Número e finalidade das TS implementadas pela ASA.⁶

Nº de TS	TS	Finalidade
626.791	Cisterna de 16m ³	Água para beber e cozinhar
103.528	Cisterna de 52m ³ + tanques de pedra + barragens subterrâneas	Água para a produção agrícola
6.848	Cisternas de 52m ³ em escolas rurais	Água para beber
793	Bancos de sementes crioulas, nativas, ou adaptadas	Produção vegetal
223	Viveiros de mudas de árvores	Produção vegetal
1.319	Boletins "O Candeeiro"	Comunicação e difusão de TS
57.930	Encontros de troca de conhecimentos e experiências	Comunicação e difusão de TS

A capacidade de implementar e desenvolver TS constituiu-se num fator preponderante de influência em políticas públicas, por gerar capacidade de demonstração da funcionalidade e da eficácia das TS, como um fator de convencimento de gestores públicos, iniciativa privada e cooperação internacional. O P1MC, neste sentido, tornou-se uma ampla "vitrine" de processos sociais de desenvolvimento regional de sucesso. Durante a COP 3 (Conferência da ONU para o Combate à Desertificação) em Olinda, em novembro de 1999, a sociedade civil montou um pequeno parque demonstrativo de tecnologias sociais para o qual convidou o então Ministro do Meio Ambiente à época. Segundo uma pessoa entrevistada,

...foi feita a apresentação da cisterna para ele, desde o processo de construção, na relação com a família, que, na época, era muito mais participativo... e depois da apresentação ele disse que havia se encantado com a tecnologia (cisterna) e que a tecnologia faria a diferença numa família agricultora: "Precisamos ver um meio do governo contribuir com essa tecnologia".

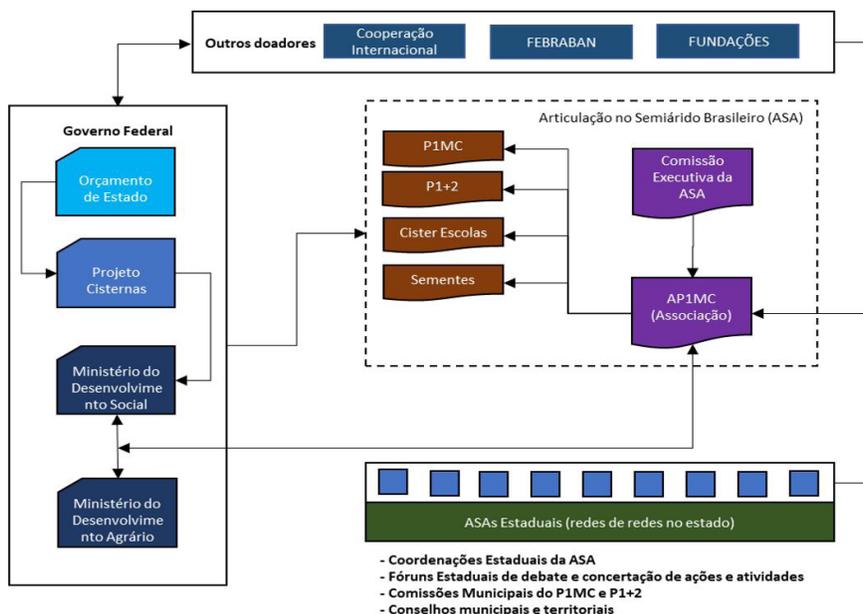
...Não foi uma coisa pensada: foi a partir da cisterna demonstrativa e a partir da capacidade que tivemos de levar o ministro lá. Ninguém sabia se ele iria ou não, e a UNICEF, apoiada pela OXFAM-GB, DED e CRS, teve grande mérito na mobilização do ministro (E 18 OSC).

⁶ Informações e dados recolhidos do Sítio WEB da ASA <https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>. Visita em 28.05.2019.

As diferentes atividades de comunicação da ASA, através do seu setor de comunicação (a ASACom), foram também importantes para influenciar políticas e programas oficiais, com destaque para três estratégias principais: a) a sistematização de “histórias de vida”, difundidas por todo o semiárido através do boletim “O Candeeiro” com a publicação de 1.319 exemplares⁷; b) a organização de dados e informações sobre o processo de formação e construção de TS, principalmente de cisternas, que resultou na construção do “mapa de tecnologias sociais”⁸; c) a ampla difusão de informações e dados (publicações, resultados de investigações, programas de rádio, videocliques, etc.) e veiculação de outros materiais de fácil decodificação pelas comunidades rurais, fomentando a circulação de informações e promovendo o aprendizado coletivo.

Portanto, a implementação de muitas tecnologias sociais no Semiárido, creditada à ação da ASA, tornou-se realidade devido ao poder de articulação política, gestão institucional, mobilização social e comunicação, experienciado pelos gestores da rede, facilitando o acesso a recursos, políticas e programas públicos de apoio à agricultura familiar no Semiárido (Lima, 2020). Um modelo desta articulação é demonstrado na figura 1 a seguir.

Figura 1: Sociograma representativo das relações entre os atores sociais envolvidos na gestão e no suporte político-financeiro da ASA. Nota: elaboração dos autores.



A figura 1 evidencia três principais dimensões sociais das ações estratégicas da ASA: os doadores; as arenas de debate político, enquanto espaços de controle social; e, a estrutura político-executiva: a Comissão Executiva (CE) e a Associação Programa Um

⁷ Boletins “O Candeeiro” acessíveis em: <https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>. Visita em 28.05.2019.

⁸ Mapa de Tecnologias Sociais acessível em: <http://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>. Visita em 30.05.2019.

Milhão de Cisternas (AP1MC). Tais dimensões articuladas com as relações em evidência configuram uma harmonização de tarefas, em diferentes arenas políticas, que possibilitaram à ASA executar programas tão complexos como o P1MC e P1+2, provavelmente devido à experiência e aprendizados que a Comissão Executiva adquiriu ao longo dos anos.

O P1MC foi, portanto, o programa da sociedade civil, cujos resultados influenciaram grande parte das ações de desenvolvimento regional e territorial, a começar pelo convencimento dos doadores de recursos, principalmente o governo federal entre os anos de 2003 a 2014. Embora a influência da sociedade civil tenha se enfraquecido, entre 2011 e 2014, o governo federal continuou a financiar parte dos programas da ASA (e de outras redes).

Os recursos oficiais permitiram às redes e ONGs, implementar programas relacionados com o novo paradigma da convivência com o Semiárido, a partir do qual, cada TS passava por um processo de coevolução e desenvolvimento coletivo-participativo, enquanto pressuposto, como se pode perceber no quadro 2 a seguir, o qual traz o exemplo da evolução cognitiva e prático-operacional da cisterna de placas para armazenar água das chuvas para beber e cozinhar.

Quadro 2: coevolução da TS cisterna de placas de 16m³, em cinco passos⁹.

1. A Cisterna de placas com capacidade de armazenar 16 m³ de água da chuva, foi desenvolvida por Manoel Apolônio de Carvalho, alcunha Nel, um agricultor do Estado de Sergipe. Em São Paulo ele aprendeu a técnica de construção de piscinas que junta placas curvas de argamassa, dando o formato circular.
2. Ele usou a mesma técnica para construir as primeiras cisternas para amigos e vizinhos, com a ajuda das próprias famílias. A ideia e as cisternas se espalharam rapidamente pela sua comunidade. A nova cisterna era barata, fácil de fazer e retinha água melhor do que as tradicionais feitas de tijolos cozidos de argila.
3. Investigadores da cooperação francesa, que trabalhavam em Pintadas, Bahia, tiveram conhecimento da novidade e, após uma visita às cisternas do Nel, levaram a ideia e a técnica de construção para aquele município, apoiados pela ORSTOM e o governo municipal.
4. Outras ONGs no Semiárido também se interessaram em testar as cisternas do Nel. Outros pedreiros foram capacitados e o conhecimento sobre a construção se espalhou junto com a tecnologia, tornando-se de domínio público, e de implementação difusa no Semiárido, a partir de processos de educação popular, metodologias participativas e princípios pedagógicos de aprendizagem e de critérios de atendimento a famílias mais pobres.
5. No final dos anos 90, durante a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, a COP 3, construiu-se um acordo ousado com o então Ministro do Meio Ambiente e iniciou-se, já no ano 2000 a construção de 500 cisternas, que resultaria na mais ousada ideia de construção descentralizada de cisternas e outras TS de convivência com as condições de semiaridez, jamais vista no país, resultando em 626.791 cisternas construídas diretamente pelas organizações da ASA, até maio de 2019. Este número, somado aos de outras iniciativas de construção, chegam ao total número de 1,2 milhão de cisternas construídas em todo o Semiárido.

⁹ História elaborada a partir de informações e dados evidenciados nas entrevistas (E 30 CIQ; E 11 RST; E 10 RST, E 04 OSC, E 19 ACD; E 28 ACI; E 31 RST) e coletadas em reportagens publicadas no Sítio web da ASA, Governo Federal e outros. Fontes: (Mattos, 2017); <https://paticionunes.blogspot.com/2017/09/premiado-pela-onu-programa-cisternas.html>; <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/05/cisterna-e-a-tecnologia-mais-eficaz-contraseca-diz-especialista.shtml>; <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/setembro/asa-recebe-na-china-o-chamado-oscar-das-politicas-publicas>; <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/05/cisterna-e-a-tecnologia-mais-eficaz-contraseca-diz-especialista.shtml>.

Esta breve sistematização da história da evolução da cisterna de placas, que armazena água das chuvas para famílias de até 5 pessoas, suprindo suas necessidade de beber e cozinhar durante um ano, *descreve etapas* cognitivas de cocriação e coevolução (Petersen & Silveira, 2007; Ploeg, 2014; Sabourin, 2008) participativa vivenciadas também em implementações de outras tecnologias sociais, experiências e processos de mobilização social (Petersen, 2014) identicamente desenvolvidos pela ASA e outras redes no Semiárido.

3.2 AVANÇOS PARADIGMÁTICOS E INFLUÊNCIA NAS NEGOCIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Independentemente do momento histórico em que ocorre, o papel desempenhado pela sociedade civil frente ao Estado é concebido como autolimitado: não substitui a função dessa estrutura, porém exerce influência sobre suas decisões políticas, sem necessariamente criar estruturas paralelas, a partir de pressão social e de ação direta. É realizado em dois planos: um, constituído por diversos tipos de ação coletiva de caráter incisivo; outro de caráter defensivo, para estruturar identidades coletivas e conquistar espaços na forma de direitos mais amplos (Teixeira, 1999), como sugere este trabalho no contexto do objeto estudado.

O padrão de negociação de políticas públicas para a agricultura familiar no Semiárido adquiriu novos contornos e novas formas de expressão a partir das mobilizações e pressões sociais de redes e organizações da sociedade civil, as quais resultaram numa maior participação desta nos conselhos, fóruns e conferências, enquanto arenas de debate e tomada de decisão sobre políticas e programas. (Dias, 2004; Petersen, 2014; Possas, 2013; Sabourin, 2007, 2014). Petersen (2014) sugere, enquanto metáfora, que “ao novo não se permite roupagem velha”. E como isso se materializa no contexto da inovação nos processos de mobilização social? Por um lado as próprias organizações da sociedade civil passam a atuar buscando alcançar melhores condições de vida e superação dos desequilíbrios sociais para as populações rurais, resultando na implementação de tecnologias sociais associadas a processos de formação e mobilização social, comunitária e territorial. Por outro lado, as organizações da sociedade civil esforçaram-se em manter sua independência dos setores público e privado, permitindo a elas próprias experimentar mecanismos de luta cidadã, identificada com as camadas populares, de grande importância para se fortalecer, defender a democracia e reconstruir um ideário de transformação social (Possas, 2013). É importante destacar, entretanto, que a ASA alcançou os melhores resultados de articulação, mobilização social

e implementação de tecnologias sociais quando estabeleceu uma sólida parceria com organismos governamentais nos âmbitos federal e estadual, principalmente. Embora nem sempre houvesse concordância plena no que se referia a objetivos comuns, acordos foram construídos visando à funcionalidade dos programas governamentais de apoio à agricultura familiar, ou seja ao desenvolvimento regional e local. Um ponto indispensável para o cumprimento dos acordos passava pela participação plena da sociedade civil nos espaços de debate sobre políticas públicas.

A participação da sociedade civil em conselhos, fóruns e conferências foi determinante para concretizar suas reivindicações, resultantes de pressões populares no Semiárido (Lima, 2020). Um exemplo é a luta por mais direitos e acesso a políticas de desenvolvimento para as populações do campo, iniciada bem antes da ocupação da SUDENE¹⁰ em 1993, mas que atinge o ápice naquela ocupação, durante a qual se elabora o documento “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste / Semiárido Brasileiro”¹¹ com propostas da sociedade civil para áreas estratégicas de desenvolvimento regional¹².

A ocupação da SUDENE, foi um ato de protesto que deu visibilidade à situação de calamidade vivenciada na região. Agricultoras e agricultores do Nordeste, principalmente do Semiárido, e grande parte da sociedade civil organizada, exigiram do poder público providências contra a situação de flagelo causada pela grave seca na região, reivindicando ações permanentes e sustentáveis para reverter o quadro de miséria, abandono e humilhação a que foi submetida a sua população (Fórum-Nordeste, 1993).

Embora a sociedade civil tenha vivenciado momentos de desmobilização social após a referida ocupação, ela se reorganiza e forma a ASA no final de 1999, “como parte de um processo de articulação em rede, reunindo, desde ONGs de maior porte até Associações Comunitárias Rurais” (Lima, Koehnen, & Pires, 2016, p. 14), e, a partir daí, sob uma nova formatação a sociedade civil ocupa as arenas políticas qualificando melhor os debates naqueles espaços que se diversificam e ganham importância política e funcional. Face ao que foi investigado a sociedade civil culmina sua participação nos debates sobre políticas públicas para a agricultura familiar, entre os anos de 2003 e 2010, período no qual o governo apresentou maior abertura para tal participação (Lima, 2020). O quadro 4,

¹⁰ O evento de ocupação da SUDENE foi realizado pelo FÓRUM-NORDESTE e contou com o apoio político e financeiro de CESE, FASE, OXFAM-GB, SACTES/DED, CRS, da própria SUDENE e da Cáritas Brasileira.

¹¹ Em maio de 1993 foram publicadas e distribuídas 5000 (cinco mil) cópias do referido documento, cujo conteúdo é reconhecido como importante referencial para a evolução da formulação de políticas públicas para a agricultura familiar no Semiárido.

¹² Segundo Fórum-Nordeste (1993), as “ações permanentes” foram as seguintes: i) desenvolvimento científico e tecnológico apropriado; ii) desenvolvimento comunitário e fortalecimento da organização dos pequenos produtores; iii) ampliação da infraestrutura produtiva e social; iv) política agrícola diferenciada; v) democratização das políticas públicas; e, vi) reestruturação fundiária.

a seguir, ilustra bem esta afirmativa, mesmo trazendo apenas o exemplo da participação das seis OSCs referenciais nesta investigação. As evidências recolhidas nas entrevistas, revelaram que estas seis OSCs participaram de fóruns e conselhos, principalmente nos municípios e territórios, sob a coordenação e orientação das redes, resultando numa formidável presença governamental através das centenas de organizações da Articulação no Semiárido brasileiro (ASA) em praticamente todos os territórios da região, como ilustramos a seguir com o depoimento de um dos entrevistados:

A ASA está nos mais longínquos rincões, através das organizações filiadas, seja uma ONG local, seja um grupo ou associação comunitária. Esses atores sociais dão voz à ASA e fazem com que o Estado esteja presente. Assim a ASA cumpre um dos mais importantes papéis: o de fazer com que o Estado esteja presente no Semiárido (E 11 RST).

O número de organizações da sociedade civil filiada à ASA é incerto, porque esta rede não exige um registo formal de filiação. Em 2007 eram “cerca de 700 entidades” (Duque, 2008, p. 137), ou “800 organizações” em atuação (Küster & Martí, 2009, p. 11), ou cerca “de 600...” (Luna, 2011, p. 38). O número, neste caso é o que menos importa, mas é relevante reafirmar dois destaques desta ação em rede: o primeiro é que as organizações são classificadas como sindicatos, igrejas, ONGs e associações, orientadas pela “Declaração do *Semi-Árido*” da ASA e focadas no princípio da “Convivência” nesse espaço geográfico e social (Duque, 2008); a segunda é que o conjunto de organizações teve indiscutível influência nos conselhos locais, territoriais, estaduais e nacionais. Trazendo um exemplo, Lima (2019) lista 12 redes sociotécnicas e nove conselhos e fóruns territoriais, estaduais e nacionais, dos quais participam as seis OSCs que estiveram diretamente ligadas a este estudo de caso (p. 216), sem contar as dezenas de conselhos e comissões com as quais interagiram nos municípios de atuação (Lima, 2020). Este exemplo ilustra a capacidade de influência exercida pelo conjunto de organizações da sociedade civil filiadas à ASA, nas arenas de debate.

Vale aqui destacar que não foram somente os conselhos, fóruns e conferências influenciados pela sociedade civil. Sua influência chegou ao âmbito dos ministérios e da Casa Civil, e de outros organismos governamentais que mostraram considerável abertura para tratar as demandas oriundas dos debates sobre políticas públicas e programas nos diversos níveis geográficos de representação institucional (Lima, 2020). Alguns autores confirmam tal afirmativa (Belik, 2015; Freitas & Silveira, 2015; Grisa & Schneider, 2014; Silva, 2008), a qual é também ilustrada pelo depoimento de um entrevistado, ao destacar a relação entre o Estado sociedade civil, principalmente entre os anos de 2003 e 2010:

...houve uma característica interessante que foi a abertura para o diálogo e o respeito às instâncias de formulação de políticas públicas. Aquele governo (do PT) sempre respeitou a autonomia do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável)¹³, sempre ouviu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e instituiu as conferências nacionais como um instrumento de definição de políticas públicas. Então tinha uma dinâmica de definição de políticas públicas e isso no meio rural era muito forte: as políticas de crédito, os programas de compra institucional... bem como o CONSEA, que tinha um papel muito importante na definição de recursos para, por exemplo, o programa cisternas, o que tornava aquele conselho num espaço de extrema relevância na definição de políticas públicas na ótica da agricultura familiar (E 03 CIQ).

Mas nem todos os entrevistados concordaram com esta afirmativa otimista. Um deles afirma que, mesmo no período em que o Governo Federal deu mais abertura para uma aproximação com a sociedade civil, estabelecendo processos e ações mais efetivas e construindo sinergias para atuar conjunta e complementarmente, nem tudo funcionou bem. Enquanto a sociedade civil defendia uma dotação de recursos para a agricultura familiar que se aproximasse, ou mesmo ultrapassasse, o montante direcionado para a agricultura empresarial, o governo mantinha a diferença historicamente estabelecida para um e outro setor produtivo no campo, divergindo estrategicamente do que defendiam os movimentos sociais rurais (Lima, 2020). É o que comprovamos em depoimentos resultantes das entrevistas, dos quais destacamos dois:

...mesmo com um governo mais progressista como o que a gente tinha antes, a gente também teve alguns momentos que, eu acho que da própria disputa deste "mercado", ... digamos, com as empresas e tal, desse setor, eu acho que pegando aí do agronegócio, do hidronegócio, ... a balança pesou mais para aquele lado. Eu acho que tinha muito a ver com a ação política daquele momento, ... de tentar negociar entre o agronegócio e a agricultura familiar, e conseguir manter os dois (E 05 OSC).

O Governo do Partido dos Trabalhadores não "abriu" a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para a possibilidade de fortalecer seriamente a agricultura familiar e os processos de cooperação nesta perspectiva. A nossa cooperação (oficial) foi muito ruim. Numa reunião com EMBRAPA e CONTAG, eu ouvi da CONTAG que "dos 20 projetos que a EMBRAPA tinha de cooperação com a África, só um era na base da Agricultura Familiar ... Então tinha 19 que era pra transposição, pro agronegócio, ... transgênico, etc. (E 09 ACI).

Os dois depoimentos anteriores sugerem, portanto, que a própria política governamental bilateral de cooperação, também não priorizava a agricultura familiar, na intensidade desejada pela sociedade civil. A própria ABC poderia ter tido um papel muito diferente. Por exemplo o de fortalecer processos de cooperação que valorizassem mais a participação da sociedade civil e das organizações representativas da agricultura familiar.

¹³ O CONDRAF assume a função de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas no que diz respeito ao desenvolvimento rural sustentável, à reforma agrária e à agricultura familiar, articulando governos em diferentes níveis e as organizações da sociedade civil (Weid, 2006b).

Ou seja, fica claro que durante o período analisado por este artigo o governo terminou mantendo (comparativamente) um maior apoio à agricultura empresarial, afirmativa esta comprovada pelo depoimento de uma entrevistada:

...o marco (de investimento) é mesmo o PRONAF¹⁴, mas depois vieram outras políticas, principalmente no governo Lula, quando o debate sobre a agricultura familiar passa a ter um lugar no governo. Mesmo assim, se a gente compara com o agronegócio, as diferenças, por exemplo de investimento, ainda guardam uma grande distância entre um e outro (E 21 OSC).

Para esta participante da investigação, embora o debate sobre a agricultura familiar passe a ter lugar no governo, seria necessário inverter (ou equiparar) os montantes de investimentos feitos para a agricultura familiar e para o agronegócio, o que efetivamente não aconteceu. Tomando como exemplo o ano agrícola 2015-2016, o volume de recursos anunciado pelo governo foi de R\$ 187,7 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) (85,7%) e R\$ 28,9 bilhões para o PRONAF (14,3%), disponibilizando o valor total de R\$ 216,6 bilhões para financiar a safra, um aumento de 20% em comparação ao ano agrícola anterior. Este valor é expressivo se comparado ao Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) em 2015, que foi de R\$ 498,5 bilhões (INPUT, 2016).

As cifras falam por si sós e mostram a grande diferença entre um e outro investimento, nos dois anos destacados, informação esta, também reafirmada pelo depoimento a seguir:

O Governo (entre 2003-2015) apostou muito mais no agronegócio do que na agricultura familiar..., tanto no que se refere aos recursos como nas batalhas travadas no Congresso: a sociedade civil perdeu todas as batalhas relacionadas com os transgênicos; venceram as grandes empresas de agronegócio que dominam o mercado de sementes de grandes monoculturas a ex. da soja. ... Não conseguimos quebrar a hegemonia do agronegócio e isso está muito claro ao examinarmos os orçamentos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e do MAPA (Ministério da Agricultura, Produção e Abastecimento), via Planos Safra anuais (E 20 OSC).

Este conjunto de evidências nos mostram, portanto, que do ponto de vista histórico a sociedade civil influenciou em políticas públicas para o Semiárido, mas somente pelas conquistas somadas ao longo do tempo. A sociedade civil desejou, entretanto, ter maior poder de influência nos ministérios, programas e projetos de governo voltados para a agricultura familiar (Lima, 2020). O propósito da sociedade civil era de que a agricultura familiar se constituísse na base estrutural para o desenvolvimento rural do país como um todo, coisa impensável para os estrategistas de governo à época, dadas as atuações em diferentes frentes das diversas forças políticas com objetivos de desenvolvimento tão distantes e contraditórios, no que se refere ao modo de produção agrícola.

¹⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou um fenômeno social ocorrido no Semiárido brasileiro, caracterizado pela influência da sociedade civil nas formas de negociação e implementação de políticas de fortalecimento da agricultura familiar na região.

A maior participação da sociedade civil nos conselhos municipais, territoriais, estaduais e nacionais permitiu-lhe maior efetividade nas decisões estratégicas sobre políticas públicas, desde os estágios primários de discussão e formulação, até o estágio de implementação destas.

A sociedade civil desempenhou um importante papel no processo de influência às políticas direcionadas à agricultura familiar na região, para o qual podem-se dar três destaques: 1º) o apoio da Cooperação Internacional, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, permitindo, assim, acumular conhecimento para atrair outros recursos, inclusive recursos governamentais; 2º) a visibilidade dos problemas sociais, econômicos e ambientais proporcionada pelas mobilizações sociais a reivindicar programas e políticas públicas de convivência com as condições de semiaridez; 3º) as experiências de mobilização social da sociedade civil e a implementação de tecnologias sociais possibilitou às organizações e redes construir e compartilhar um rico conhecimento sobre convivência com as condições de semiaridez da região.

Neste sentido sugerimos que a sociedade civil teve influência no aprimoramento das seguintes políticas e programas mais diretamente relacionadas com a agricultura familiar: 1ª) o PRONAF, a partir da ampliação dos tipos de financiamento alcançando públicos específicos (ex. Mulheres e jovens) e das modalidades de produção (ex. Agroecologia e agroindústria); 2ª) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma adaptação da antiga política pública de compra e distribuição de merenda escolar, é reformulado com novas estratégias, incluindo a compra de alimentos da agricultura familiar; 3ª) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): modalidade surgida no contexto do trabalho da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de grande importância para fortalecer a agricultura familiar. Estes três programas foram estratégicos para alterar o formato das relações interorganizacionais e contribuir para mudar as formas de negociar e implementar políticas e programas a partir dos debates locais e territoriais nos conselhos, comissões e conferências.

Entretanto, é importante destacar os depoimentos que afirmaram a maior participação do Governo Federal, entre 2003 e 2010, proporcionada pela maior abertura para a construção de sinergias institucionais e melhoramento da relação Estado-sociedade, apesar de mantidas as diferenças entre os investimentos no agronegócio (85,7%), em relação aos investimentos na agricultura familiar (14,3%), tendo como

referência o ano agrícola 2015-2016. Mesmo com o corte brutal de verbas do governo em 2016, que praticamente inviabilizou os projetos, a Articulação no Semiárido brasileiro (ASA) deu continuidade ao trabalho de compartilhar a metodologia, as tecnologias e os processos sociais de desenvolvimento rural sustentável para outros povos de regiões semiáridas. Desde seis anos atrás, com o apoio da FAO-ONU, desenvolve a ideia de ajustar seus programas para países do Sahel e do Corredor Seco da América Central. Visando a este propósito a ASA tem realizado eventos de intercâmbio de conhecimentos, informações e tecnologias de convivência com o semiárido com agricultores/as, técnicos/as assessores/as das regiões semiáridas citadas e construída uma cisterna demonstrativa na região do Sahel, mais precisamente no Senegal.

Pelos números apresentados no Quadro 1 (pág. 7), mas também pelo fato de mobilizar e formar cidadãos para a convivência com o semiárido, bem como novos pedreiros a cada ano, para construir cisternas, a ASA recebeu um prêmio internacional de segunda melhor e mais efetiva política pública para áreas em processo de desertificação. O evento ocorreu na província de Ordos, China, em setembro de 2017 durante a COP 13. O prêmio, denominado Política para o Futuro, é considerado o Óscar das Políticas Públicas, comemorado em todo o Semiárido, como reconhecimento da influência da ASA em políticas públicas para a região, através da realização, com sucesso, de seus programas, nomeadamente do programa Um Milhão de Cisternas.

REFERÊNCIAS

Almeida, S. (2009). Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In P. Petersen (Ed.), *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* (1st ed., pp. 67–84). Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia.

Araújo, T. B. de. (2014). *Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas* (Biblioteca Digital No. 19). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste* (Vol. 1). Retrieved from <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2801>

Belik, W. (2015). A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 009–030. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301001>

Brito, P. (2007). *REDES, SOLIDARIEDADE E CIDADANIA DEMOCRÁTICA: A experiência inovadora da Articulação do Semi-Árido - ASA*. Universidade Federal de Pernambuco.

Campos, J. N. B. (2014). Secas e políticas públicas no semiárido: ideias , pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, 28(82). <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000300005>

Dias, M. (2004). *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Retrieved from http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/d_marcelo_mina_dias_2004.pdf

Diniz, P., & Piraux, M. (2011). Agroecologia e convivência com o Semiárido: breves notas de uma longa trajetória de diálogo e interfaces. In J. R. T. de Lima (Ed.), *Agroecologia e Movimentos Sociais* (1st ed., p. 272). Recife: Edições Bagaço.

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar Curitiba*, (24), 213–225.

Duque, G. (2008). “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, (17), 133–140.

Fórum-Nordeste. (1993). Ações permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semi-árido brasileiro: propostas da Sociedade Civil. Recife-PE, Brasil: CONTAG / ASSOCENE.

Freitas, G., & Silveira, S. (2015). Programa Luz para Todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. *Planejamento e Políticas Públicas*, (45), 177–198.

Godoy, A. (1995). Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Grisa, C., & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(Supl. 1), 125–146. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

INPUT. (2016). *Evolução Do Crédito Rural No Brasil Entre 2003-2016* (Vol. 4). Brasília. Retrieved from http://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2016/08/Evolucao_do_Credito_Rural_CPI.pdf

Isaac, S., & Michael, W. (1982). *Handbook in research and evaluation: for education and behavioral sciences*. (R. Knapp, Ed.) (2nd ed.). San Diego, California: EdITS publishers.

Jalfim, F. (2011). Notas sobre a caminhada da Agroecologia no Semiárido pernambucano. In J. R. T. de Lima (Ed.), *Agroecologia e Movimentos Sociais* (1st ed., p. 272). Recife: Edições Bagaço.

Koehnen, T., & Cristóvão, A. (2006). Constructing a Social Development Network within a Rural Municipal Government in Portugal. *Agricultural Economics Review*, 7(1), 26–34.

Küster, A., & Martí, J. (2009). *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil*. (A. Czymmeck, Ed.) (1ª). Fortaleza: Konrad Adenauer Stiftung.

Lima, M. (2020). *Convivência com o Semiárido: Mobilizações sociais, políticas públicas e agricultura familiar*. 1. ed. - Curitiba : Appris, 2020 379 p. ISBN 978-65-5820-738-2

Lima, M. (2019). *Cooperação internacional, organizações e redes da sociedade civil influenciando políticas públicas para a convivência com o Semiárido: contextos locais e sustentabilidade da agricultura familiar*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD.

Lima, M., Koehnen, T., & Pires, A. (2016). Contribuições da cooperação internacional , redes e organizações da sociedade civil para os avanços paradigmáticos em políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa no Nordeste do Brasil. In *VIII Congresso da APDEA e o II Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural* (pp. 1–20). Coimbra.

Luna, C. F. (2011). *Avaliação do Impacto do Programa Um Milhão De Cisternas Rurais (P1MC) na saúde: ocorrência de diarreia no Agreste Central de Pernambuco*. Universidade Federal de Pernambuco.

Mattos, L. (2017). *Um tempo entre secas: superação de calamidades sociais provocadas pela seca através das ações em defesa da convivência com o semiárido*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MDA. (2013). *Políticas públicas para agricultura familiar*. (L. Müller, V. Bianchini, & A. L. B. Zarzar, Eds.), Ascon/Mda (1ª). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Retrieved from <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/4346.pdf>

Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação*, 2(2), 49–65. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Minayo, M. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

Nascimento, H. (2010). Semiárido Brasileiro e Baiano: dimensão territorial e estratégia de desenvolvimento. In *48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Tecnologia, Desenvolvimento e Inteegração Social* (p. 17). Campo Grande.

Nunes, E. M., Tôres, F. de L., Silva, M. R. F. da, Sá, V. C. de, & Godeiro-Nunes, K. F. (2015). Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(3), 529–554. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303009>

Patton, M. Q. (1990). Qualitative evaluation and research methods. In Sage (Ed.), *Qualitative designs and data collection* (pp. 169–186). Beverly Hills, CA.

Pedrosa, A. (2011). *Avaliação da contribuição do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) na qualidade de vida da população rural no município de Soledade-PB*. Universidade Federal de Campina Grande.

Peixinho, A. M. L. (2013). A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciencia e Saúde Coletiva*, 18(4), 909–916. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>

Petersen, P. (2014). Hidden treasures. Reconnecting Culture and Nature in rural development dynamics. In *Constructing a New Framework for Rural Development Research in Rural Sociology and Development* (Vol. 22, pp. 157–194). Emerald Group Publishing Limited. https://doi.org/10.1300/J105v01n02_01

Petersen, P., & Silveira, L. (2007). *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. (P. Petersen & A. Dias, Eds.), *Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia* (1ª). Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - Secretaria Executiva. Retrieved from http://198.46.83.194/~leceles/iieb.org.br/files/4813/5215/3881/public_out_construcao_conhecimento.pdf.pdf#page=105

Ploeg, J. (2014, February). Dez qualidades da agricultura familiar. *Cadernos de Debate*, 7–14. Retrieved from http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Agriculturas_Caderno_Debate-N01_Baixa.pdf

Pontes, E. (2013). A Estreita Relação entre Mulher e Água no Semiárido : o Caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 4(1), 14–21.

Possas, M. D. C. (2013). Institucionalização das manifestações da sociedade civil ;, 11(2), 17–25.

Sabourin, E. (2007). Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, 22(3), 715–751. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000300009>

Sabourin, E. (2008). Face aos Impérios Agro-alimentares: o principio camponês. *Revue Du Mauss Permanente*, 12(7), 1–7. Retrieved from http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2009_01_20_21_42_37_resenha.pdf

- Sabourin, E. (2014). Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil (pp. 1–27). Brasília-DF: CIRAD, UMR Art Dev e UnB.
- Sidersky, P., Jalfim, F., & Araújo, E. (2010). *A Estratégia de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder Camara*. (P. R. Sidersky, F. T. Jalfim, & E. Rufino, Eds.) (2ª). Recife-PE, Brasil: FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola. Retrieved from http://www.projetedomhelder.gov.br/site/images/PDHC/Artigos_e_Publicacoes/Projeto_Dom_Helder_Camara/Assessoria_Tecnica_PDHC.pdf
- Silva, R. (2003). Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, 18(n.1/2), 361–385. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922003000100017>
- Silva, R. (2008). *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. (A. Costa, Ed.) (1ª). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Retrieved from www.bnb.gov.br
- Silva, S. (2008). *Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Abordagem Territorial do Pronaf no Médio Jequitinhonha*. Universidade Federal de Viçosa.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. (J. Morata, Ed.) (2nd ed.). Madrid: MORATA.
- Teixeira, E. C. (1999). Sociedade Civil e seu Papel Político: O Local e o Global como Espaços de Participação Cidadã. *O & S*, 6(14), 105–114.
- Wanderley, M. (2014). O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia Social Rural*, 52(1), 25–44. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>
- Weid, J. (1985). Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. *Proposta Nº 27 - Experiências Em Educação Popular (FASE)*, 9–13.
- Weid, J. (1988a, January). A trajetória do Projeto Tecnologias Alternativas. *Proposta Nº 36, Ano XIII - Experiências Em Educação Popular (FASE)*, 2–7.
- Weid, J. (1988b, January). As práticas inovadoras: identificação, sistematização e difusão. *Proposta Nº 36, Ano XIII - Experiências Em Educação Popular (FASE)*, 8–13.
- Weid, J. (2006a, April). A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, 18–20.
- Weid, J. (2006b, April). Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. *Agriculturas*, 4–6.
- Weid, J. (2013). 30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal Parte I – A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Retrieved from <http://aspta.org.br/2013/05/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>
- Yazan, B. (2015). Three approaches to case study methods in education: Yin, Merriam, and Stake. *The Qualitative Report*, 20(2), 134–152. Retrieved from <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR20/2/yazan1.pdf>
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos* (2ª). Porto Alegre: Sage Publications.
- Yin, R. (2009). *Case study research: design and methods*. *Applied social research methods series*; (4th ed., Vol. 5.). SAGE Publications. <https://doi.org/10.1097/FCH.0b013e31822dda9e>

SOBRE OS ORGANIZADORES

Jorge José Martins Rodrigues é economista. Licenciado, mestre e doutor em Gestão (ISCTE-IUL). Mestre e pós doutorado em Sociologia – ramo sociologia económica das organizações (FCSH NOVA). Professor coordenador no ISCAL – *Lisbon Accounting and Business School* / Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Exerceu funções de direção em gestão (planeamento, marketing, comercial, finanças) no setor privado, público e cooperativo. É investigador integrado no Instituto Jurídico Portucalense. Ensina e publica nas áreas de empresa familiar e família empresária, estratégia e finanças empresariais, gestão global, governabilidade organizacional, marketing, planeamento e controlo de gestão, responsabilidade social e ética das organizações.

Maria Amélia Marques, Doutora em Sociologia Económica das Organizações (ISEG/ULisboa), Mestre em Sistemas sócio-organizacionais da atividade económica - Sociologia da Empresa (ISEG/ULisboa), Licenciada (FPCE/UCoimbra), Professora Coordenadora no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos (DCOGRH) da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS), Portugal. Membro efetivo do CICE/IPS – Centro Interdisciplinar em Ciências Empresariais da ESCE/IPS. Membro e Chairman (desde 2019 da ISO-TC260 HRM Portugal. Tem várias publicações sobre a problemática da gestão de recursos humanos, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, os novos modelos de organização do trabalho, as motivações e expectativas dos estudantes Erasmus e a configuração e dinâmica das empresas familiares. Pertence a vários grupos de trabalho nas suas áreas de interesses.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actor-red 15, 24

Agencia 15, 22, 65, 73, 133, 134, 218, 228

Agricultura familiar 61, 63, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Ambiente 21, 27, 34, 36, 39, 43, 67, 69, 77, 80, 83, 84, 88, 89, 94, 95, 98, 99, 101, 104, 115, 116, 133, 136, 147, 172, 182, 183, 184, 185, 189, 197, 201, 208, 215, 216, 219, 232, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257

Andalucía 198, 201, 202, 203, 206, 207

Área ribereña 209

Arquitectura 15, 22, 24, 25, 204, 216

Articulaciones temporomandibulares 157, 159, 161, 165, 166

Artritis reumatoide 157, 158, 159, 160, 165, 166

B

Brasil 13, 34, 35, 51, 59, 60, 61, 77, 79, 81, 82, 84, 86, 96, 97, 99, 100, 101, 210, 230, 233, 234, 240

C

Celda solar 179, 184

Citizenship 1, 2, 12

Contaminación 108, 188, 220, 221, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 254, 256

Contestation 1

Convenio Europeo del Paisaje 198, 199, 203, 206

Conversión de energía 179, 180, 181, 183, 184, 185

Coronavirus 119, 120, 121, 122, 125, 126, 129, 130

Corrientes turísticas 102, 105, 107

Costos de mitigación 187, 189

Costumbres y tradiciones 102, 104, 108, 110, 111, 114, 116, 117

Crisis 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 117, 122, 210, 215, 219

Cuestionario 112, 157, 159, 166, 177

Cultura 16, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 148, 201, 207, 210, 242, 247, 254, 256, 257

D

DAS 28 157, 158, 160, 162
Desenvolvimento local 37, 38, 39, 45
Dioxinas 242, 247, 248, 249, 250, 254

E

Efecto demostración 102, 116
Eficiencia energética 179
Emisiones de gases de efecto invernadero 187, 188, 191, 196, 197
Energía solar 179, 180, 181, 184, 185
Espacios naturales protegidos 198, 201, 202, 203, 205, 206
Estratégia 17, 37, 43, 45, 64, 78, 79, 167, 170, 176, 196, 219, 227
Estrategias de afrontamiento 167, 168, 169, 170, 175, 176, 177
Europe 1, 4, 5, 7, 11, 199
Existencia 48, 115, 119, 122, 124, 126, 129, 142, 147, 198, 202, 225
Extracción de recursos no renovables 187, 189, 195

F

Factores de Riesgo Psicosocial 167
Falsa gravidez 142, 146
Fatores 27, 29, 30, 31, 33, 40, 44, 132, 136, 142, 145, 146, 148, 151
Favela 47, 50, 53, 55, 58, 60
Floresta Estacional Semidecidual 231, 232, 233, 234
Floresta Ripária 231
Florística 231

G

Gestión integral del territorio 198
Gravidez psicológica 142

H

Huella hídrica 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227

I

Identidad 25, 105, 106, 108, 118, 199, 208, 209, 211, 212, 214, 216
Impactos culturales 102

Intensificação 218, 219, 227, 228

Intertextualidad 119

Inundações urbanas 27, 28, 29, 30, 34, 35

L

Lechería 219, 227, 228

Levantamento florístico 231, 232

M

Maria Tudor 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148

Marilyn Monroe 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Mentira patológica 150, 153, 154

Método 15, 19, 30, 44, 48, 58, 100, 135, 189, 203, 220, 250

Metodología Cualitativa 167, 170

Mitomania 150, 153, 154

Modelo 15, 19, 20, 23, 24, 27, 33, 38, 40, 43, 44, 47, 68, 77, 86, 105, 131, 133, 134, 146, 167, 170, 175, 176, 246

Movimentos sociais 13, 61, 63, 64, 73, 77

P

Paisaje 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216

Participación local 198

Pertencimento 47, 48, 49, 56, 58

Perturbação de Personalidade Borderline 131, 132, 136, 137, 138, 139

Planeamento 28, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45

Plástico 242, 245, 246, 247, 251, 257

Pluviosidade 27

Políticas públicas 39, 47, 58, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 202, 203

Processo colaborativo 37

Processos 27, 28, 29, 45, 47, 48, 49, 61, 64, 66, 67, 69, 70, 73, 76

Projetos culturais 47, 48, 52, 54, 58

Pseudociese 142, 145, 147, 149

Pseudogestão 142

Pseudologia fantástica 150, 151, 153, 154, 156

R

Radiación 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Receita média 80, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97

Resorts 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101

S

Salud laboral 167

Saúde mental 131, 132, 133, 136, 139, 141

Semiárido 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78

Suicídio 132, 134, 136, 137, 138

Sustentabilidad 219, 228, 229

Sustentabilidade 37, 77, 79

T

Taxa de ocupação 80, 81, 83, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 98

Transformación 119, 122, 123, 129, 201, 205, 211, 224, 254

Transtextualidad 119

TRevPAR 80, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

U

Ultrasonido 157

Unicel 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257

Urbanicidade 47

V

Violencia laboral 167, 170, 176, 177